

## **ESTUDOS AVANÇADOS EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS DE SAÚDE, GÊNERO E VULNERABILIDADES**

Coordenador: Miriam Thais Guterres Dias

A pandemia da Covid-19 trouxe o agravamento das desigualdades sociais e a consequente alteração dos modos de vida e de trabalho da população. O cotidiano dos trabalhadores dos serviços públicos também foi alterado pelo aumento de demandas, volume de trabalho e mudanças impostas para redução da transmissão do vírus (uso de EPIs, distanciamento social, etc). Mas quais as condições de trabalho dos Assistentes Sociais inseridos nas políticas de saúde (CAPS) e assistência social (CRAS e CREAS), que atuaram diretamente com essas desigualdades sociais e resistências? Este trabalho buscou responder esse questionamento através da análise das respostas de Assistentes Sociais à pesquisa "O acirramento das expressões da questão social em decorrência do Covid-19: percepções e estratégias dos profissionais da atenção psicossocial e da proteção social na região macrometropolitana de Porto Alegre", estudo qualitativo descritivo do tipo levantamento. Analisou respostas de Assistentes Sociais de diferentes municípios da região, coletadas entre abril e maio de 2021 via questionário online. A pesquisa revelou a insuficiência de fornecimento de EPIs para uso no trabalho para 33,3% dos profissionais da saúde e 36% da assistência. Demonstra que 74,5% dos assistentes sociais da assistência não receberam nenhum tipo de capacitação para atuação na pandemia e apenas 10,8% sinalizaram o estabelecimento de teleatendimento com os recursos necessários oferecidos pela gestão. Capacitações ofertadas pelo empregador foram realizadas apenas para 27,3% dos Assistentes Sociais da saúde e 15,7% da assistência. O estabelecimento de teleatendimento com fornecimento de recursos pelo empregador foi apenas 18,8% dos participantes do SUS. Esses resultados apontam para a exposição dos Assistentes Sociais ao vírus em seus processos de trabalho durante a pandemia e indicam a necessidade de vigilância e proposição de medidas pelo poder público para que possam cumprir com seu papel de viabilização dos direitos sociais brasileiros.